

ÁGUAS URBANAS E MODERNIDADE

O manejo das águas em Mariana na Primeira República (1889–1915)

URBAN WATERS AND MODERNITY

The Practices of the Mariana City in the First Republic (1889–1915)

CARLA APARECIDA NUNES¹

RESUMO

Este artigo analisa as práticas da Câmara Municipal de Mariana, Minas Gerais, relativas ao manejo das águas urbanas entre o final do século XIX e o início do século XX. O objetivo é compreender como a administração municipal lidou com as recorrentes enchentes do Ribeirão do Carmo e com as demandas por saneamento básico e abastecimento de água potável, em consonância com as ideias de modernidade da Primeira República. Para isso, foram consultadas Atas de Reuniões, Relatórios dos Presidentes da Câmara e Posturas Municipais do período de 1889 a 1930. Os resultados evidenciam que a gestão das águas era pauta recorrente, articulando projetos de canalização, concessões de penas d'água, limpeza de córregos, construção e manutenção de chafarizes e discussões sobre saneamento. Verifica-se a presença de propostas ambiciosas de modernização, influenciadas por engenheiros formados na Escola de Minas de Ouro Preto, embora muitas delas não tenham sido executadas devido às limitações financeiras da Câmara. Conclui-se que as práticas municipais refletiam uma visão higienista e civilizatória, que, embora visasse à modernização urbana, nem sempre contemplava as populações mais vulneráveis, mantendo tensões históricas entre ocupação humana, ambiente natural e ordenamento do espaço urbano.

Palavras-chave: Mariana; Câmara Municipal; Ribeirão do Carmo; Saneamento

ABSTRACT

This article analyzes the practices of the Mariana City Council, Minas Gerais, regarding urban water management between the late 19th and early 20th centuries. The objective is to understand how the municipal administration dealt with the recurrent flooding of the Ribeirão do Carmo River and the demands for basic sanitation and drinking water supply, in line with the ideas of modernity of the First Republic. To this end, minutes of meetings, reports of the City Council Presidents, and municipal bylaws from the period 1889 to 1930 were consulted.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: carlaaparecidanunes@gmail.com

The results demonstrate that water management was a recurring topic, interconnecting canalization projects, water concessions, stream cleaning, construction and maintenance of fountains, and discussions on sanitation. Ambitious modernization proposals were identified, influenced by engineers trained at the Ouro Preto School of Mines, although many of these were not implemented due to the City Council's financial constraints. It is concluded that municipal practices reflected a hygienist and civilizing vision, which, although aimed at urban modernization, did not always consider the most vulnerable populations, maintaining historical tensions between human occupation, the natural environment and the planning of urban space.

Keywords: Mariana; Municipal Council; Ribeirão do Carmo; Sanitation.

INTRODUÇÃO

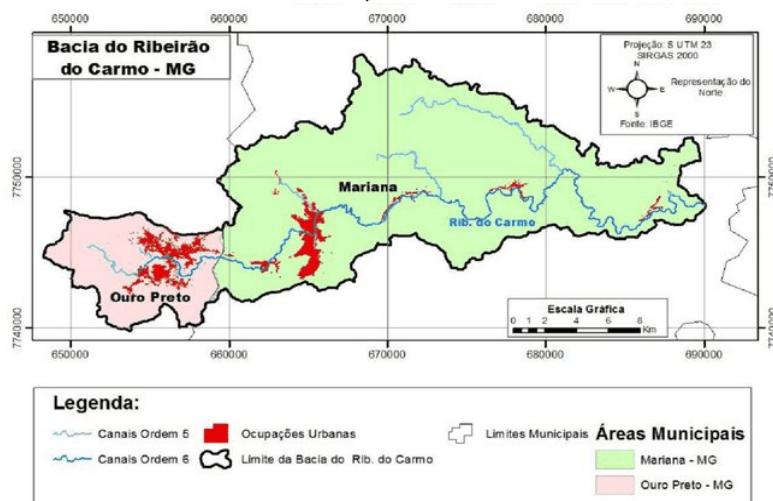
Este artigo pretende examinar as práticas administrativas da Câmara Municipal de Mariana no manejo das águas urbanas entre 1889 e 1915, articulando-as com os ideais de modernização e saúde pública no início da República. Nesse período, a busca por melhorias na infraestrutura urbana, alinhada às pretensões de desenvolvimento econômico local, resultou em mudanças significativas na cidade de Mariana. A implementação do Ramal Ferroviário, a iluminação elétrica em vias públicas, o incentivo à construção de pequenas fábricas e moradias em determinadas áreas, entre outros projetos, foram executados nesse período (OLIVEIRA, FONSECA, ARAUJO, 2019; NUNES, FIDELIS, 2021; COSTA, 2012). O poder municipal exercido na Câmara dos Vereadores articulou-se diretamente em prol dessas operações de crescimento econômico e social local.

Nesse processo, o manejo das águas urbanas foi tema recorrente nas pautas debatidas pelos camaristas. A preocupação com o rebaixamento dos leitos, o esgoto, a provisão de água potável, a manutenção das vias após os períodos de cheia e a desobstrução de caminhos para a circulação de mercadorias foram pontos de preocupação dos agentes públicos. Em contraste com a exploração de minério nas margens dos afluentes presentes na sede da cidade. A escolha do recorte temporal se deve pôr 1889, o início do regime republicano que reabilita o poder de gestão de recursos financeiros da instituição² até o projeto de saneamento básico formulado em 1915.

²Revista Histórica do Brasil, 2025, 41(1), 167–192. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89412025000100009&lng=pt&nrm=iso. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-89412025000100009>. Acessado em 20 de setembro de 2025. Dossiê: Aspectos históricos dos múltiplos usos da água: políticas públicas, conflitos e interesses

De modo a compreender tais temas no início do regime Republicano, foram consultadas as Atas de Reuniões, os Relatórios dos Presidentes da Câmara e as Posturas Municipais. Assim, as considerações desenvolvidas neste texto tratam de como os vereadores da cidade discutiam o manejo das águas urbanas. O estudo aqui pretendido se detém à sede do Município, sem estender a discussão para outras localidades pertencentes ao território. Com o interesse em apresentar considerações sobre o tema e contribuir para pesquisas futuras. O processo de assentamento da cidade ocorreu no curso da bacia do Ribeirão do Carmo, como pode ser observado no mapa abaixo:

Mapa 1 - Bacia do Ribeirão do Carmo, limite entre Mariana e Ouro Preto.



Fonte: BRHC no contexto de Minas Gerais, com os limites municipais e a ocupação urbana.
p.1357

Existem inúmeros motivos que explicam a proximidade das construções com os rios, já que os recursos hídricos são elementos essenciais para a sobrevivência. No caso de Mariana, além da sobrevivência, a exploração do

valores recebidos, já que no Império: “A administração dos recursos monetários era outro ponto que possuía bastantes restrições. Tanto o que seria previsto para a receita municipal do ano subsequente – renda oriunda à venda, aforamento, troca dos bens dos concelhos e as multas por violação de posturas impostas -, quando da criação de meios para o aumento delas, deveriam ter o aval do Conselho Geral da Província. A pouca liberdade financeira, fazia com que o arrecadado mal desse para o estipêndio dos empregados das edilidades (GODOY, 2007:s/p)”. O “respiro” de liberdade na gestão municipal percebido no final do século XIX significava que as pautas e assuntos da Câmara não precisavam mais de mediação por parte dos aparatos legais do Império. Como assinala Victor N. Leal (1945), o início da Primeira República sinaliza um ponto de retomada de parte da autonomia. Nas primeiras décadas a reformulação do governo abriu espaço para os políticos locais que estavam à frente do poder camarário para realizar a gestão dos municípios. As atividades curriculares seguiram como no período anterior e as mudanças foram sentidas gradualmente.

ouro e outros metais influenciou diretamente a relação dos habitantes com as águas. De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca, em seu estudo sobre a constituição do espaço urbano da Vila do Carmo/Cidade de Mariana (1995);

Geograficamente, Mariana, apesar de ser uma “ville de méandre” (cidade fundada junto a um meandro de rio, em geral com propósitos defensivos), teve seu traçado gerado e condicionado, também, pelo fato de ser atravessada por importantes caminhos que interligavam os centros mineradores; assim, Mariana constitui, de certa forma, um “Village de route” (vila nascida ao longo de um caminho). Entretanto, como veremos, a explicação do plano precisa se fundar também em fatores de ordem cultural, especialmente no pensamento urbanístico que vigora na época em que foi gerado. (FONSECA, 1995, p.11)

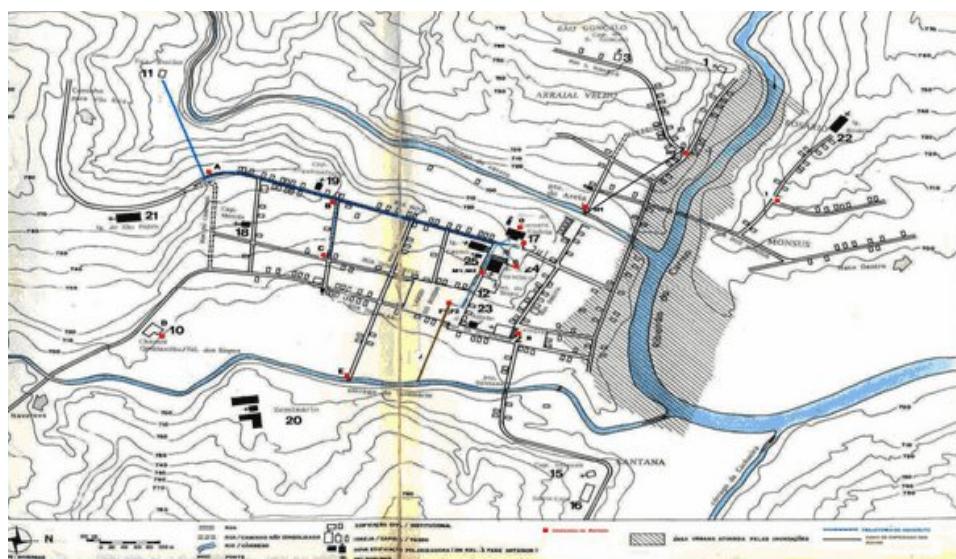
Antes de avançar nos debates que marcaram as audiências camarárias em Mariana no período republicano, cabe salientar questões sobre a formação do *locus urbano*. Esse processo foi abordado em um conjunto de pesquisas³ que trataram da relação da administração pública com o manejo das águas e a ocupação dos moradores no primeiro século. Ainda que não avancem para o presente recorte, é fundamental para compreender a relação com o leito d'água.

Mariana, antigo Arraial/Vila de Nossa Senhora do Carmo, é resultado dos processos de colonização e conquista portuguesa do final do século XVII. Em busca do ouro, diversas expedições foram organizadas em direção ao interior. Segundo Diogo de Vasconcelos, bandeirantes paulistas dirigidos pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado e Miguel Garcia, no dia 16 de julho de 1696, se apossaram de um ribeirão que nomearam Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELLOS, 1974, p. 131 - 132).

³ O trabalho de Denise Maria Ribeiro Tedesch (2011), intitulado *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)* e o artigo *O caminho das águas na América Portuguesa: a rede de abastecimento de Mariana no século XVIII* é basilar para compreensão da dinâmica da sede e o abastecimento. Outro pesquisador com trabalho exemplar sobre o tema é Tércio Veloso, além da tese, possui um conjunto de artigos que perpassam a relação com as águas na cidade de Mariana, ainda que privilegie as discussões sobre o espaço urbano, sendo; *Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747); A dimensão dos lugares: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752; Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII)*. Referencia dos trabalhos citados a pesquisa de Cláudia Damasceno Fonseca, a dissertação *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural* e o artigo *Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas*, como Veloso, estão centrados na formação do espaço.

Para compreender como as moradias e prédios públicos foram assentados em torno dos afluentes, recorremos à adaptação da produção cartográfica de Fonseca (1995), realizada por Tedeschi (2011), apresentada a seguir. Nesta representação, recomenda-se também a sinalização do aqueduto, para evidenciar sua importância no sistema de abastecimento de água da cidade.

Mapa 2: A trajetória das águas: o Aqueduto e os Chafarizes de Mariana (1749-1802)



Fonte⁴: TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. Águas urbanas = as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798). 2011. Tese de Doutorado

Como é possível observar, a cidade é cercada por um fluxo de água maior, o Ribeirão do Carmo, e dois de seus afluentes, o córrego de Catete e o do Seminário⁵. Contudo, ainda que as casas estivessem rodeadas de água, o

⁴ Legenda da autora: (1)Capela de Nossa Senhora do Carmo, (2) Igreja da Sé (3)Primeira Câmara, (10) Palácio dos Bispos,, (12) Palácio do Conde de Assumar, (17) Casa de Câmara e Cadeia, (18) Capela das Mercês, (19) Capela da Arquiconfraria, (21) Igreja de São Pedro, (22) Igreja do Rosário, (23) Aljube, (24) Igreja de São Francisco, (25) Igreja do Carmo. Chafarizes: (A) Chafariz de São Pedro, (B) Chafariz de São Francisco dos Pardos, (C) Chafariz dos Cortes, (D) Fonte e Tanque da Samaritana do Palácio dos Bispos, (E) Fonte do Seminário, (F1) Chafariz do Rossio, 1749-1795; (F2) Chafariz da Praça, 1795; (G) Chafariz de São Francisco dos Brancos, (H1 e H2) Possíveis localizações do Chafariz de São Gonçalo, (I) Cano de expedição das águas, (L) Fonte dos Quartéis, (M1) Chafariz de Tomé Dias, 1795-1801; (M2) Chafariz do Conde de Assumar (1801), (N) Chafariz da Sé, (O) Chafariz da Câmara. Fonte: FONSECA, Cláudia D. Mariana: Gênese e transformação..., p. 84(Adapterado).

⁵ A estrutura da sede manteve-se similar no primeiro quartel da República em comparação com a "Planta Cartographica da cidade de Mariana", datada de 1912. Nessa representação do espaço, é possível notar a disposição das águas no centro urbano. Os traçados mais finos em

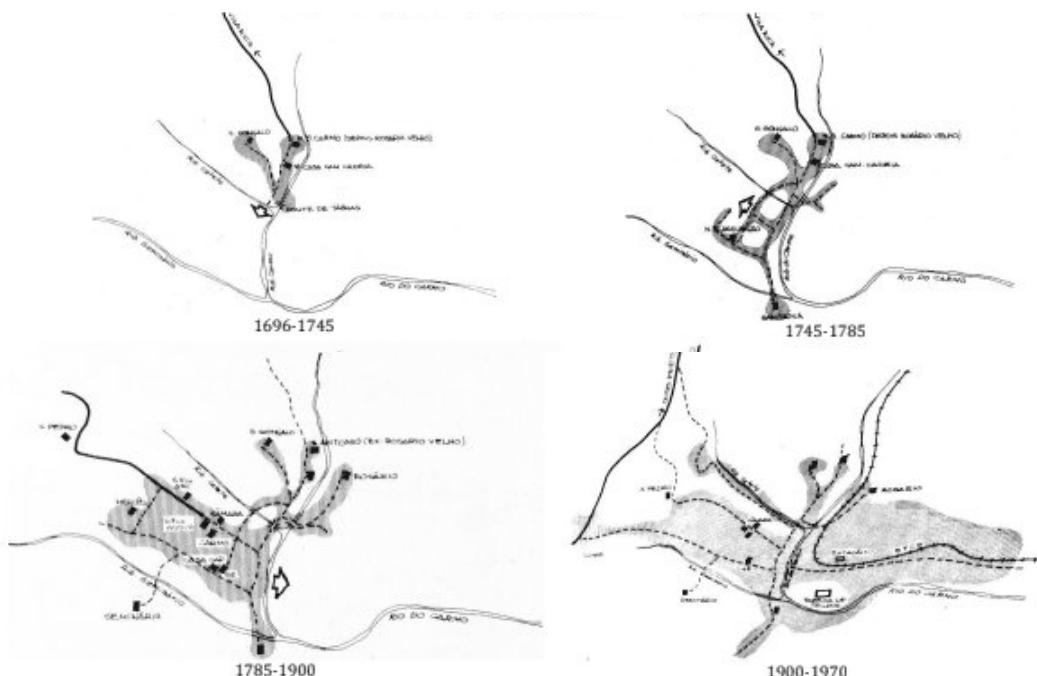
recurso hídrico não era próprio para o consumo. Na cidade, o abastecimento se dava por algumas nascentes e um aqueduto, construído no século XVII, que trazia água da Serra do Itacolomi, para distribuição. Havia aparelhos públicos para fornecimento, em maior quantidade os chafarizes (esses bens públicos estão destacados na planta com pontos vermelhos), pias e tachos. Na perspectiva de Denise Maria Ribeiro Tedeschi (2011)

No circuito das águas, os chafarizes funcionavam como pontos terminais do abastecimento e como artefatos do mobiliário urbano. Geralmente, apresentavam em sua estrutura arquitetônica um frontispício com uma ou mais bicas, metidas em carrancas ou ornamentos decorativos. A água caía continuamente pelos canudos em direção à taça (pia), e suas sobras eram reaproveitadas, nos bebedouros, para os animais e, nos tanques, para as lavadeiras. Essas obras públicas, conforme resumiu Rodrigo Bastos “deveriam satisfazer a uma necessidade ordinária, segura e permanente de água, decorando, através de obra extremamente necessária, o ambiente urbano da povoação”. Assim, funcionalidade, estrutura arquitetônica e estética confundiam-se e completavam o sentido dessa obra pública na configuração da morfologia urbana. As estruturas e divisões arquitetônicas dos chafarizes públicos serviam para acomodar e ordenar seus diferentes tipos de usuários. (TEDESHI, 2011, p. 94)

Todos esses elementos urbanos de distribuição de água foram implantados de acordo com o crescimento da sede. Esse processo pode ser observado no Croqui I - que segue no texto. No primeiro momento a cidade anterior ao recorte de Tedeschi, na representação inicial há uma seta indicando o deslocamento do núcleo urbano para o Arraial de Baixo. Nos séculos seguintes é possível observar a ocupação desse espaço. Na adaptação a mancha cinza representa a ocupação e os traços paralelos no curso da água.

vermelho representam os córregos do Catete, do Seminário, da Cachoeira e do Vamos-Vamos, enquanto o traçado mais espesso representa o Ribeirão.

Croqui I. Formação e configuração do espaço de Mariana, (séculos XVII-XX)



Fonte: Adaptado dos croquis 7, 8, 9 e 10 realizada por Gabriel Oliveira Luz; FJP; IPHAN; IEPHA; PMM; PMOP. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana: relatório síntese. Belo Horizonte: [s.n.], 1975, p. 22 e 23. (DE OLIVEIRA, 2024, P. 93)

O início do regime republicano ocorreu diversas alterações na organização do espaço urbano e um crescimento considerável da sede. Como é notável entre a terceira e a quarta representação o centro urbano há um crescimento exponencial, esse processo exige o melhoramento da distribuição da água. Ainda que houvesse um sistema de distribuição de água dos regimes passados, gerou a necessidade de renovação dos aparelho públicos. A proximidade com o Ribeirão fazia com que as recorrentes cheias fosse uma pauta presente, com raízes seculares em torno da problemática.

O desafio para gestão do espaço e dos recursos hídricos na República, refere-se às demandas por água potável de novos moradores, o saneamento básico e medidas de contenção do Ribeirão e dos córregos, principalmente o do Catete. A administração municipal organizava-se em torno das demandas relacionadas às águas a partir da Comissão de Obras Públicas, repartição camarária formada a cada gestão por vereadores. O fiscal da Câmara também atuava no controle dos recursos hídricos, sendo uma de suas atribuições, reunir e apresentar as solicitações de melhoria e regulamentação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram analisadas nas fontes produzidas pela câmara entre os anos de 1889 e 1915, os pedidos de pena d'água, limpeza dos córregos, intervenções nos fluxos de água e impacto de inundações. Foi reunida as posturas, as atas das reuniões e os relatórios dos agentes executivos. No que diz respeito ao levantamento quantitativo, a palavra água aparece anotada 237 vezes nas atas⁶ de reunião da Câmara, entre petições de serviços e projetos de melhoramento hídrico, considerando todas as áreas do município. Como já apontado, nesse crivo, mesmo que os distritos sejam abarcados pelo corpo documental analisado, optou-se por analisar apenas o que interfere na sede.

A preocupação com as cheias do rio reflete as noções de modernidade presentes na mentalidade de parte dos representantes da câmara. Nas Atas das audiências camarárias, o encaminhamento era de que a instalação de um sistema de esgoto e a melhoria do abastecimento de água potável eram fundamentais ao desenvolvimento da cidade. (OLIVEIRA; FONSECA; ARAUJO, 2019. p.443). No primeiro ano analisado (1889), os agentes políticos reúnem propostas de canalização direcionadas para a garantia de condições de saneamento básico. No que se refere às águas, o texto das Posturas Municipais⁷ determinava que os camaristas deveriam cuidar da

conservação e reparo das muralhas e paredões ou outras obras feitas para a segurança de edifícios ou de prisões públicas, calçadas, pontes, chafarizes, regos e aquedutos, poços, tanques, cemitérios e quaisquer outras construções, em benefício comum ou para decoro das povoações, será feita pela câmara. [...] (CAPÍTULO III - DAS OBRAS PÚBLICAS, 1898, Art. 28.)

Além disso,

A câmara expedirá o necessário regulamento para o melhoramento e conservação dos encanamentos e chafarizes

⁶ Esse conjunto de documentos referem-se aos registros feitos por um secretário ao longo de cada sessão hoje estão preservados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana no Fundo Câmara Municipal de Mariana; Fundo Coletoaria Estadual; Código 39/134/334/329; Atas das sessões da Câmara Municipal.

⁷ As posturas são um conjunto de leis, regulamentações e ordens que perpassam o regimento e administração da cidade, utilizadas como instrumento guia para os vereadores. Esses trechos foram retirados da edição de 1890, RESOLUÇÃO N. 3291 de 30 de outubro de 1884. Tais determinações permanecem sem alterações no período analisado. AHCMM/Código 608; Resoluções da Câmara (1876-1902)

desta cidade, podendo exigir uma contribuição anual, nunca excedente de 20000, daqueles, em cujo benefício se distribuírem as águas depois de servirem nos chafarizes. Art. 37. De cada pena d'água que esta câmara conceder pagarão pela licença 30 000. (CAPÍTULO III - DAS OBRAS PÚBLICAS, 1898, Art. 28.)

Como pode ser lido nos trechos acima, cabia à instituição garantir o abastecimento e preocupar-se com a qualidade da água. Os chafarizes representavam pontos de abastecimento coletivo e, portanto, eram alvo de atenção da instituição. Outra questão importante são as penas d'água que dizem respeito à concessão de uma quantidade de recurso hídrico para uso particular. Como descrito no regimento, era cobrado um valor por esse serviço.

Ainda que com funções ordinárias, como relacionada a manutenção dos poços, havia ambições projetadas pelos camaristas. Exemplo desses desejos, está presente no abaixo assinado apresentado pelo vereador Sr. Braga Breyner, em 16 de outubro de 1889, para que

a Câmara Municipal conceda todos os terrenos devolutos existentes na Cidade e subúrbios à companhia ou empresa construtora representada pelo Engenheiro D. Machado e outros, mediante contrato formado pela Câmara com o dito Engenheiro ou representante da empresa de acordo com as fases apresentadas para construção de propriedades, canalização das águas e esgotos e formação de praças e suas e canalização do rio e outros melhoramentos que a empresa fizer, convencionando a Câmara um aforamento razoável por metros corrente (ATA DA CÂMARA, 1889, s/p).

Os registros consultados não permitem conhecer a empresa citada pelo camarista. Nesse recorte, não foi a única proposta apresentada na Câmara. Anos depois, em 1892, o Vereador Tito de Souza Novaes ficou encarregado de comunicar o projeto do Engenheiro João Baptista Bambi, que visava, entre muitas obras, garantir o abastecimento e a canalização das águas. Os empreendimentos desejados pelos camaristas não condiziam com as rendas da instituição, o que levou a não execução das melhorias do saneamento. O conjunto de informações agrupadas nesses eixos de discussão assinala como os sujeitos envolvidos na vida política conduziam as pautas ligadas ao desenvolvimento da cidade em meio aos estímulos do tempo vivido. Em muitas

dessas discussões são mencionadas outras localidades como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte como modelos de urbanização.

Na virada do século os engenheiros eram figuras importantes na criação de propostas de modernização. Com relação a Mariana estava próxima de uma dos principais centros formadores, a Escola de Minas em Ouro Preto (DE SOUZA, 2014). A presença da instituição, fundada em 1876, fazia com que circulassem engenheiros e estudiosos, que em muitos casos estavam alinhados com pautas de desenvolvimento urbano e sanitário emergentes na República. O trânsito de pessoas formadas da cidade vizinha é captado na presença de discussões na Câmara, representantes da capital e outros agentes formulam propostas para a instituição, principalmente no que diz respeito à infraestrutura.

Nos anos iniciais da república a cidade foi afetada pela construção da Cidade de Minas, a nova capital. O projeto para Belo Horizonte era o de construir uma cidade capaz de receber as mudanças estruturais da sociedade que se almejava, na qual o crescimento da indústria, em compasso com a produção agropastoril, criasse um Estado rico e próspero. A noção de cidade, com vias amplas, um centro organizado com estratos sociais, onde houvesse um comércio e uma economia pulsante, não era comportada pelas ruas coloniais. Portanto, a mudança foi iminente.

Segundo a autora Natânia S. Ferreira, a construção de Belo Horizonte reúne dimensões do comércio e do consumo, a cidade foi pensada para abrigar atividades financeiras diversificadas como uma nova capital. No final do século XIX, as influências da reforma de Paris e o aumento de bens influenciaram as reformas urbanas no Brasil. Por óbvio, todas essas mudanças de panorama sobre o ideal de cidade, afetaram as noções sobre as localidades de semelhante colonial/imperial, que, em muitos casos, são compostas por vias estreitas, becos e travessas. Para Mariana, parte das críticas a respeito da formação espacial recaíram na forma com que a sede era ocupada. Essas noções refletiam no discurso dos vereadores que buscam melhorar a infraestrutura local.

Nesse ponto, é possível perceber que as expectativas de crescimento econômico estavam entrelaçadas aos interesses de melhoria do novo regime político. Para Mariana, essa reorganização urbana representava a possibilidade

de se alinhar à nova capital e às tendências nacionais de planejamento e ordenamento do espaço (BONAMETTI. 2006. p.5).

No tocante ao que estava ao alcance da câmara, os fiscais se incumbiam em apresentar as solicitações dos moradores. Em linhas gerais, os relatórios desses funcionários das primeiras décadas do novo regime reunia demandas de limpeza e organização do espaço. Estava determinado no regimento interno no;

Titulo III - Da salubridade publica - CAPITULO I - SOBRE A SALUBRIDADE DO AR, AGUA E ALIMENTO - Art. 39. Os fiscaes terão cuidado em que nos seos distrietos não haja estagnação de aguas infectas, que pos- são prejudicar a saude publica, e a camara, logo que tiver disso conhecimento, Thes mandará dar curso e entugar os terrenos, sendo necessario, quando forem pertencentes á camara (CAPÍTULO III - DAS OBRAS PÚBLICAS, 1898, Art. 28.)

Esses sujeitos circulavam na municipalidade e apresentavam nas reuniões as obras a serem realizadas. Por vezes, eram muito simples e eram facilmente atendidas. Conforme a determinação acima, seu trabalho era fundamental para o funcionamento público e cuidados com a saúde local.

Quanto aos populares, parte dos pedidos estavam relacionados às penas d'água. As demandas percorriam/abarcavam toda a sede, principalmente no caso de novas construções. Esse ponto da gestão pública era bem simples, durante as reuniões o solicitante apresentava para os vereadores a localização em que o pedido deveria ser atendido, mediante a não causar danos a terceiro, era aprovado. Apenas em alguns casos era encaminhado para a comissão ou para o fiscal fazerem uma análise do requerimento. Nas posturas, capítulo III das obras públicas, ficava determinado que;

Art. 34. Nenhum proprietário poderá impedir que por sua propriedade passem e se façam encanamentos para condução da água dos chafarizes públicos ou particulares, uma vez que seja indemnizado do prejuízo (CAPÍTULO III - DAS OBRAS PÚBLICAS. 1898. Art. 28.)

Se, de um lado, cabia à Câmara fazer a manutenção, as concessões e o controle, aos populares era determinado que não poderiam impedir o abastecimento. Nesse ponto, estava regulado que, diante das obras ou da

necessidade, não haveria impedimentos para utilizar uma parcela do foro⁸, cabendo ao proprietário receber uma indenização.

Em meados de 1895, a água potável tornou-se ainda mais importante no município em virtude da epidemia de cólera, varíola e outras moléstias digestivas e respiratórias. Conforme a cópia do relatório do Exmo. Dr. Presidente Barão de Camargo, apresentado à Assembleia Municipal no dia 31 de janeiro de 1896;

Esta administração, apesar dos múltiplos afazeres impostos pela necessidade de organizar o município, teve de concentrar suas atividades na adoção de medidas aconselhadas pela higiene, tendentes a melhorar o estado sanitário dos lugares invadidos ou em condições de o serem. (ATA DA CÂMARA, 1896, s/p)

Nesse documento, foi ainda destacado “um voto de louvor aos ilustres clínicos Drs. Gomes Freire e João Baptista Ferreira Velloso, que dirigiram o tratamento dos doentes e o serviço de desinfecção”. Apesar de haver lacunas sobre esse cenário, ainda assim, pode-se supor que havia um interesse político em valorizar as questões epidemiológicas para angariar recursos e gerar visibilidade política.

Nesse mesmo período, outras partes do estado foram atingidas por esses males. Pelas informações coletadas a ajuda do Estado foi fundamental para contornar a situação. O Governo de Minas disponibilizou vacinas e recursos para que a gestão tratasse dos doentes e da higiene local (ABREU, 2010). No final do relatório, é descrita a determinação de que as obras de saneamento básico recebessem mais atenção.

Esse debate tornou-se mais intenso na gestão do republicano Doutor Gomes Freire de Andrade, que atuou de 1901 até 1930, com oscilações entre a posição de vereador e presidente da câmara. O médico higienista prestava serviços na cidade, como referido no relatório. Dentro da vereança, articulou-se nas alterações da *urbe* em prol da saúde e do melhoramento da infraestrutura local. De acordo com Costa (2012) “nos seus estudos no Rio de Janeiro, Gomes Freire trouxe não apenas os ensinamentos médicos, mas também a convicção

⁸ Terreno concedido da câmara para uso particular mediante a solicitação de aforamento e ao pagamento de imposto determinado para a propriedade.

necessária para defender a nova forma de governo, isto é, a República” (Costa, 2012, p.33).

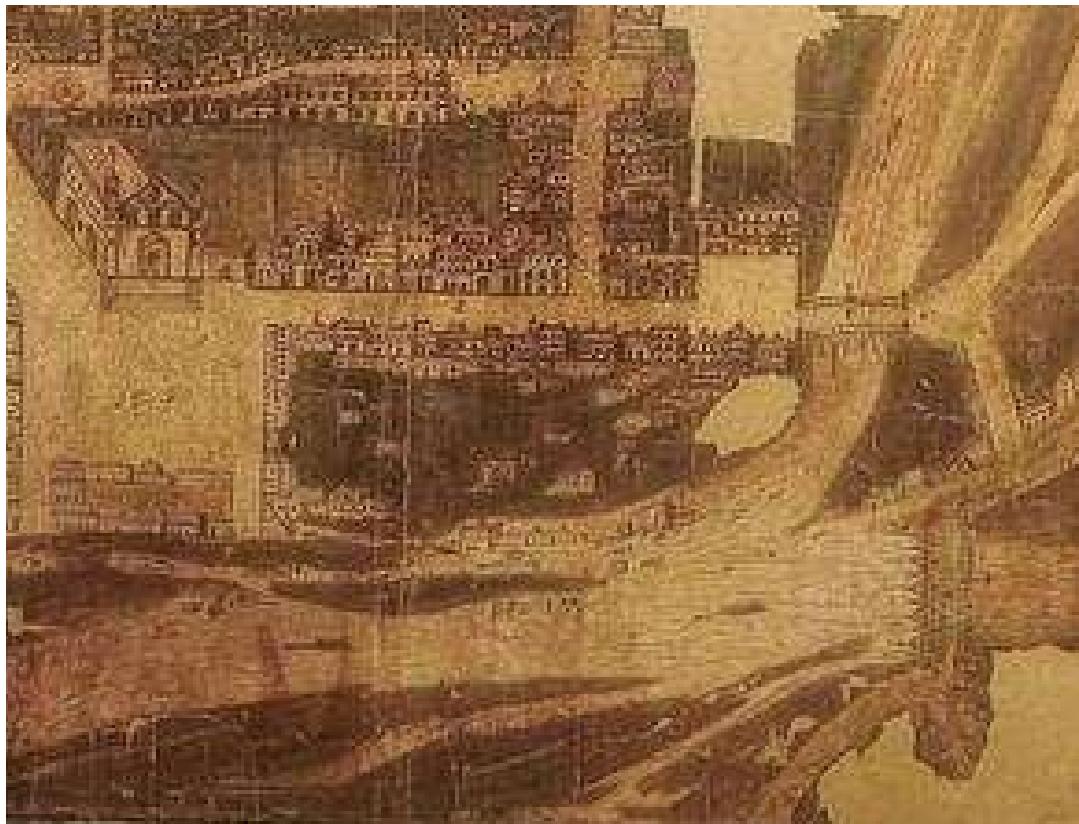
Esse período é marcado pela reforma urbana do Rio de Janeiro, que influenciou as alterações na estrutura de outras cidades. Entre 1902 e 1906, a gestão de Pereira Passos, inspirada no plano de remodelação de Paris executado pelo barão Georges-Eugène Haussmann, visou implementar um ideal de cidade conforme os ideais burgueses de espaço. Essas reformas buscavam a constituição de uma sociedade moderna, a partir da ocupação ordenada, promovendo a infraestrutura necessária para a modernização, como largas avenidas, saneamento básico e transporte eficiente (AZEVEDO, 2018).

No entanto, essas reformas foram excludentes e tiveram um impacto significativo nas classes mais pobres. A modernização do espaço urbano resultou na remoção de moradias populares e cortiços, deslocando populações inteiras para regiões periféricas e menos favorecidas. As mudanças na capital do país, que visavam garantir medidas sanitárias, impactam não só o funcionamento da cidade, mas também acentuaram a exclusão social de determinados grupos. A implementação de uma cidade ideal que ignorou as necessidades das camadas mais vulneráveis da população, promovendo uma urbanização que favorecia as elites e marginaliza os pobres.

Em Mariana, as mudanças não foram tão drásticas. A principal questão era o rebaixamento do Ribeirão e do Córrego do Catete, em compasso com a preocupação em garantir água potável e saneamento básico — frentes de debate atravessadas pelos impactos da mineração e pela formação do espaço colonial. As obras no principal fluxo de água que cortava o centro urbano visavam integrar o núcleo já consolidado às áreas de expansão. Parte dos empreendimentos administrativos da Câmara consistia na abertura de novas avenidas para acomodar o crescente fluxo de meios de transporte.

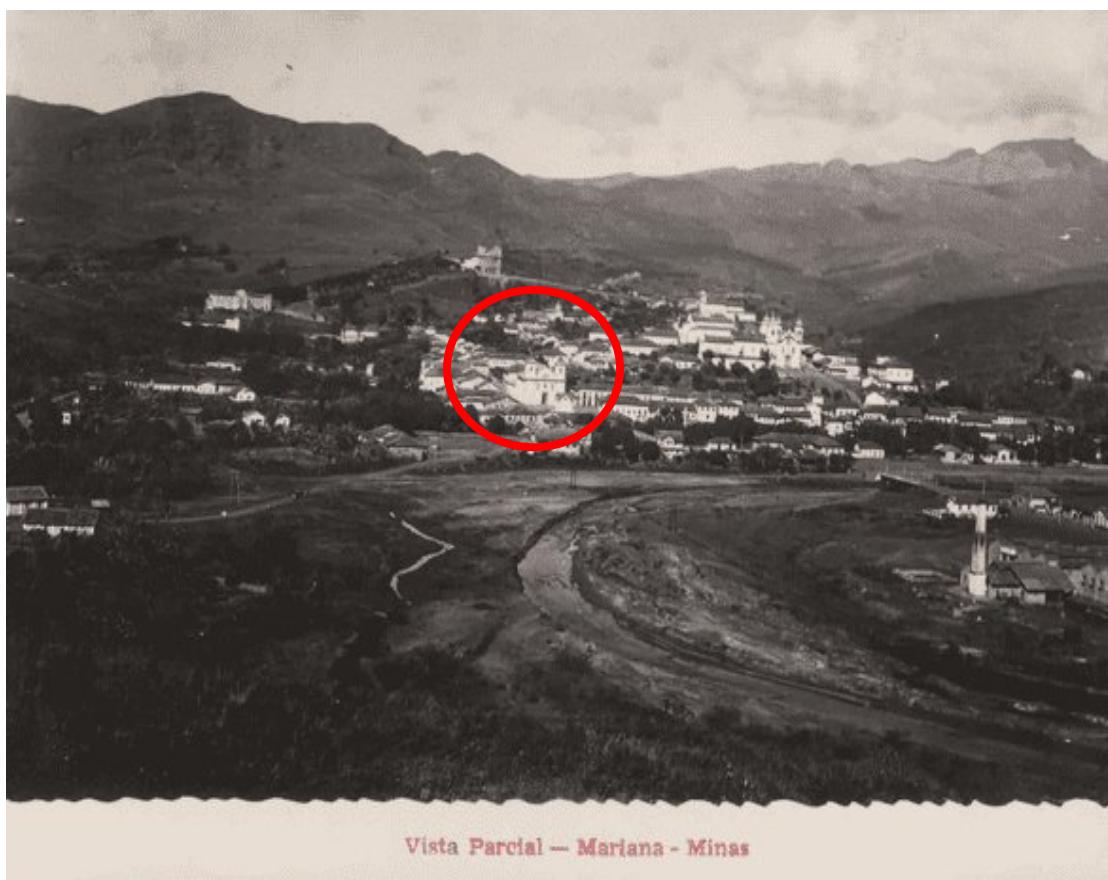
Na vista panorâmica apresentada na Imagem 2, é possível observar as ocupações da cidade distribuídas nas duas margens do Ribeirão, ainda que no mapa anterior e na fotografia essas ocupações não se apresentem com a mesma clareza. Nota-se, sobretudo, que a margem inferior do rio permanece pouco ocupada, com construções ainda incipientes.

Mapa 3: Mapa da cidade Mariana 1798-1801.



Fonte: Original da Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro. ca. 1798-1801. Anexo 2

Imagen 1: Vista parcial Mariana



Fonte: coleção municípios mineiros - APM

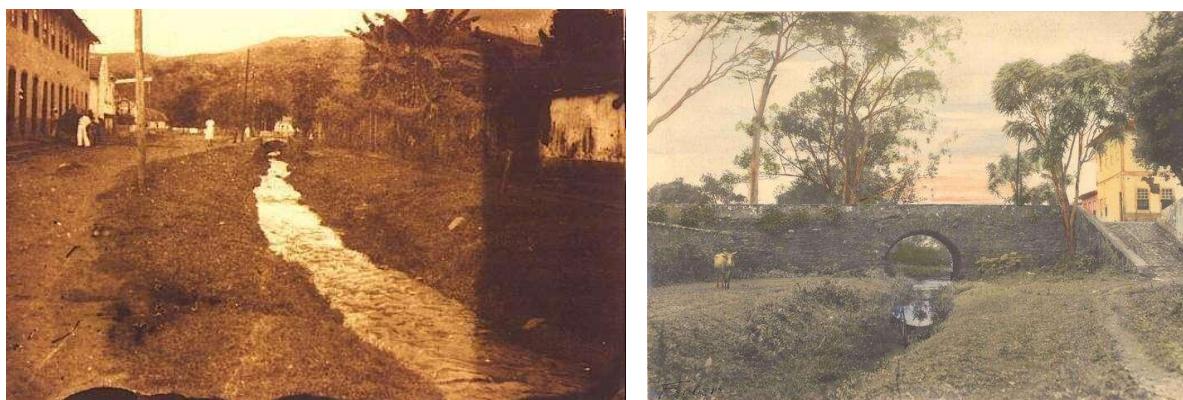
O rebaixamento do leito visava à segurança dos moradores em relação às cheias e à possibilidade de retomar a ocupação de áreas destruídas no período colonial. À esquerda (Imagen 1), no recorte do Mapa da Cidade, é possível observar a representação de uma enchente que devastou a Rua do Piolho⁹ — na época, a via mais ocupada da sede, até que, em 1737, um grande fluxo de água alagou e destruiu as casas ali construídas. Ao lado, uma vista da cidade em meados de 1910 permite observar os limites do núcleo urbano em relação ao Ribeirão, tendo como referência comum, em ambas as imagens, a Catedral da Sé, destacada em vermelho.

⁹ A Rua do Piolho, importante eixo de ocupação no início do século XVIII, não aparece identificada nas plantas posteriores da cidade, como a de 1789, possivelmente por ter sido parcialmente destruída pelas enchentes de 1737 e por mudanças na toponímia urbana ao longo do século. Nas representações cartográficas, o núcleo populacional concentra-se na Rua Direita e nas vias adjacentes ao centro administrativo e religioso.

Embora haja um intervalo significativo entre as duas representações, ambas evidenciam padrões de ocupação distintos: no mapa colonial, a Rua Direita e o caminho que leva à Câmara Municipal aparecem como os eixos mais densamente povoados, enquanto o rio e sua várzea imediata não se apresentam mais como uma grande ameaça, ainda que persistam como elemento condicionante da configuração urbana.

Em relação ao Córrego do Catete, um pontilhão servia para o acesso dos residentes da Rua São Gonçalo, Rosário Velho e Rosário, além de outras vias, ao centro administrativo e religioso da cidade. Do outro lado da ponte, em perspectiva dos lugares citados, estava a Rua Direita e as principais igrejas, a Catedral da Sé, a Igreja São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, além da Câmara Municipal e o Cartório da cidade. As imagens abaixo mostram de um lado a ocupação nas margens e de outro a passagem que interligava as áreas.

Imagens 2 e 3: Córrego do Catete - APM -S/D



Fonte: APM -S/D

Nos dois casos, integrar os dois lados da ponte, conforme o número de aforamentos aumentava, intensificava as solicitações para rebaixar os afluentes. Com relação à análise do corpo documental, há um intervalo de tempo em que se tramita um conjunto de propostas relevantes sobre o tema.

No dia 24 de setembro de 1900, a Comissão de Obras Públicas apresentou o parecer do Sr. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, no qual o cidadão propõe fazer a canalização das águas potáveis e rebaixar o

Ribeirão. Como pagamento, ele solicita a permissão para extrair metais nos cursos de água e o direito de desapropriar terrenos particulares nas margens.

Os integrantes da Comissão, antes do parecer, fazem um conjunto de ressalvas: 1º O rebaixamento poderia trazer risco aos residentes das proximidades e a estrutura da ponte; 2º A proposta é vaga quanto a exploração do leito; 3º As áreas em questão são diariamente exploradas pela população pobre da cidade e as povoações ribeirinhas, para garantir a subsistência. Frente às considerações:

É de parecer a Comissão que a proposta pode ser aceita obrigando-se o peticionário, no ato de lavrar-se o respectivo contrato, a garantir as propriedades públicas e particulares por meio de cães e outras obras de segurança e a não impedir a mineração fora dos lugares que não por ele exploradas. O peticionário deve submeter à aprovação da Câmara projectos, pelo menos e plantas das obras e que se propõe fazer em benefício da municipalidade e quanto ao direito de desapropriação por utilidade pública ficará dependente de expressa autorização da Câmara, toda vez que se fizer mister qualquer desapropriação. (ATA DA CÂMARA, 1900, s/p)

Após as colocações dos responsáveis, em 1908 os planos de Vasconcellos voltaram a ser tratados na Câmara. Segundo o Sr. José Ignacio, o contrato firmado aos 30 de junho de 1902, conforme a resolução no 37º de 18 de junho de 1897, com o prestador de serviço já estava caduco. O vereador afirmou que nenhuma cláusula foi comprida. Portanto, suspendia o projeto e os direitos de minerar o leito do Ribeirão.

Desse esforço há colocações importantes para compreender a urbanização da cidade e a relação com a água. Em primeiro lugar, as moradias no curso do Ribeirão, como reiterado, essa questão secular era pauta frequente nas reuniões dos vereadores. Como visto no primeiro mapa e na segunda imagem, a faixa de casa que ocupa o leito fica a alguns metros do afluente. Essa região ribeirinha, também conhecida como Praia, era ocupada e alvo de aforamento por parte de particulares.

O córrego do Catete é mencionado com mais intensidade nas atas. Entre os motivos está a viabilidade em construir às margens do afluente, por tanto havia pedidos de aforamento. Foi identificado proposta de criação de espaços coletivos nas marqens a partir de uma praca que se chamaria Antonio Olyntho.

Outro ponto era o intenso interesse de particulares e empresas minerar nas suas margens.

Em vista dos muitos usos do córrego havia a constante preocupação com a limpeza, principalmente em momentos de cheias. No ano de 1895 é narrado que houve uma situação de urgência em decorrência das chuvas, o fiscal responsável reportou a informação aos camaristas que rapidamente liberaram os recursos para os reparos. Outro ponto da gestão do espaço é a necessidade de concertos nas calçadas e no caminho que acompanhava o leito do córrego.

Como havia o descarte de dejetos por parte dos moradores e prédios públicos, as noções de higiene empregadas pelos camaristas, seguindo as recomendações do estado, visam alterar o sistema de esgoto da cidade. Em 1911 tornam-se mais intensos os debates e acertos quanto à alteração do sistema local. Neste ano a Comissão de Fazenda e Conta, assinala que mediante auxílio externo do governo mineiro, tornaria viável executar obras robustas para melhorar esse aspecto da infraestrutura sanitária. No dia 24 de setembro, do ano referido, o Snr. José Godoy reportou algumas considerações sobre projeto do estado apresentando para a câmara:

[...] autorizando o Presidente da Câmara, a entrar em acordo com o Governo do Estado para, por intermédio deste realizar neste Município obras de saneamento e outros melhoramentos, assim formulado; Art 1º È o Presidente da Câmara Municipal, autorizado a entrar em acordo com o Governo do Estado para, por intermédio deste realizar neste Município obras de saneamento e outros melhoramentos de real necessidade, quaes: abastecimento de água, rede de esgoto e instalação de força elétrica. (ATA DA CÂMARA, 1911, s/p)

A partir da parceria entre o governo local e o estadual foi feito o levantamento dos custos e aprovado pela Comissão. Fruto desse esforço comum, o governo do estado encaminha em 1915 a planta de Saneamento Básico, assinada pelos engenheiros Domingos Rocha e d. Fleury Rocha - anexo 2. Na qual é elaborado um percurso de recolha de dejetos focado no centro urbano de maior ocupação, como parte do projeto de melhoramento municipal.

O esforço de aperfeiçoamento inclui abastecimento de água, rede de esgoto, matadouro, cemitério, iluminação e limpeza de espaços públicos. Esse conjunto de alterações visava tornar a cidade compatível com as noções de “civilidade”

do período - por vezes nas atas esse termo é elencado para dizer sobre a importância de melhorar a infraestrutura local e incentivar o desenvolvimento de uma cultura moderna.

Ainda que breve, esse artigo teve como objetivo demonstrar parte dos trâmites em manejar as águas urbanas. O Ribeirão e seus afluentes cercam Mariana, no processo de ocupação o confronto com o rio foi constante e permaneceu nas primeiras décadas da república. Nas margens era tirado o sustento de muitos sujeitos que procuraram metais preciosos, além das plantações e criação de animais. Justamente por essa relação, a água não era potável, fazendo com que esse recurso fosse trazido de Itacolomi e de algumas nascentes do perímetro urbano.

Os trâmites relatados nas Atas e nos Relatórios evidenciam o esforço e as leituras sobre organização da sede compartilhada por determinados vereadores. Como destacado, Gomes Freire, atuou por anos a fio na gestão local e deixou um legado no combate às moléstias do período e noções sobre higiene. No entanto, não contemplava toda a população, como é aprendido pelas áreas em que os projetos eram visados. A relação com as águas urbanas evidencia que não era almejado uma convivência harmoniosa com a natureza. Ainda que fizesse parte da dinâmica dos afluentes, as cheias e o curso natural, era visto como algo que deveria ser corrigido por meio de intervenções.

As enchentes recorrentes do Ribeirão do Carmo e de seus afluentes marcaram a história urbana de Mariana desde o período colonial, exigindo constantes negociações entre ocupação do solo e manejo das águas. Na virada do século XIX para o XX, a Câmara Municipal articulou ações de saneamento, abastecimento e contenção das cheias, buscando alinhar a cidade às noções de higiene e modernidade vigentes na Primeira República. Este artigo apresenta resultados preliminares sobre essas práticas administrativas, com base em atas, posturas e relatórios municipais, destacando os limites financeiros, os interesses privados e as influências externas sobre as políticas locais. A análise evidencia como a gestão das águas urbanas refletia tanto ambições modernizadoras quanto permanências coloniais na configuração do espaço urbano.

Referências

Documentos:

Bibliografia:

ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência, saúde e território em Minas Gerais (1895–1930). In: Território, sociedade e modernidade. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010. p. 95–118.

AHCMM/ Fundo Câmara Municipal de Mariana; Fundo Coletoria Estadual;
Código 39/134/334/329; Atas das sessões da Câmara Municipal. 1889 - 1930,
s/p.

AHCMM/Fundo Câmara Municipal de Mariana; Fundo Coletria Estadual;
Código 608; Resoluções da Câmara, 1876-1902, s/p.

APM/Fundo Secretaria da Agricultura/Série Obras públicas/Comissão de melhoramentos municipais/sistema de esgoto de Mariana. 1914. s/p.

APM/ Fundo Cidades de Minas/ Mariana, 1889 - 1930, s/p.

AZEVEDO, André Nunes de. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2018.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. Revista Rio de Janeiro, n. 10, p. 39, 2003.

COSTA, Marco Antônio. A primeira República na cidade dos bispos: Mariana 1889–1930. Dossiê História e Cidade, v. 9, n. 13, 2012.

COSTA, Marco Antônio. Mariana no limiar da República: entre o “tradicional” e o “moderno”. Revista Memória em Rede. Pelotas, v. 2, n. 7, 2012.

COSTA, Marco Antônio. Vivas à república: representações da banda ‘União XV de Novembro’ em Mariana-MG (1901–1930). Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COSTA, Simona. Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII–XIX): Vila Rica, futura Ouro Preto, e a sua rua principal. 2018. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

CRUZ, Felipe de Castro Ferreira; OLIVEIRA, Pollyanna Rodrigues de; NUNES, Cíntia de Abreu. A Câmara Municipal de Mariana, Minas Gerais, como lócus da transformação econômica e urbana na Primeira República a partir das atas (1889–1930). In: XV Congresso Brasileiro de História Econômica & 16^a Conferência Internacional de História de Empresas, 2023, Osasco. Anais [...], 2023.

DE OLIVEIRA, Gabriel Luz. Os veios profundos de Mariana: Transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967). Paco e Littera, 2024.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

NUNES, Cíntia de Abreu; CRUZ, Felipe de Castro Ferreira. Os elementos de modernização e urbanização de Mariana na Primeira República (1889–1930): uma análise por meio das atas da Câmara Municipal de Mariana – Minas Gerais. In: 7º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2021, Belo Horizonte. Anais [...], 2021.

NUNES, Cíntia de Abreu; CRUZ, Felipe de Castro Ferreira. A República em meio à miragem do colonial: um estudo sobre o processo de urbanização no município de Mariana-MG nos anos de 1889 a 1930. In: III Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História do IFCH-SEPEGH, 2021, Campinas. Anais [...], v. 1, p. 79–88.

OLIVEIRA, Pollyanna Rodrigues de; GOMES, Anna Luiza; DELFINO, Aline
Heloisa; SERPA, Fernanda Helena da Silva. A economia da cidade de Mariana-
MG na Primeira República: uma pesquisa por meio das atas da Câmara
Municipal. 2019. (Apresentação em conferência/palestra).

SOUZA, Leonardo Andrade; SOBREIRA, Frederico Garcia. Bacia hidrográfica do Ribeirão do Carmo: atributos morfométricos, equação de chuva intensa e tempo de concentração, e análise da suscetibilidade a inundação. Revista Brasileira de Cartografia, v. 69, n. 7, p. 1355–1370, 2017.

TAVARES, Ruzimar Batista. Atividades extrativas minerais e seus corolários na bacia do alto Ribeirão do Carmo: da descoberta do ouro aos dias atuais. 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/2127>. Acesso em: [insira a data].

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798). 2011. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RIBEIRO-TEDESCHI, Denise Maria. O caminho das águas na América Portuguesa: a rede de abastecimento de Mariana no século XVIII. *Aqua y Territorio/Water and Landscape*, n. 3, p. 10–17. 2014.

CASTELO BRANCO, Zadir. A política da água nas capitais brasileiras. Revista do Serviço Especial de Saúde Pública, 1966.

SILVA, Maria Gleide de Castro Fernandes. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, e10180179, 2019.

Anexos:

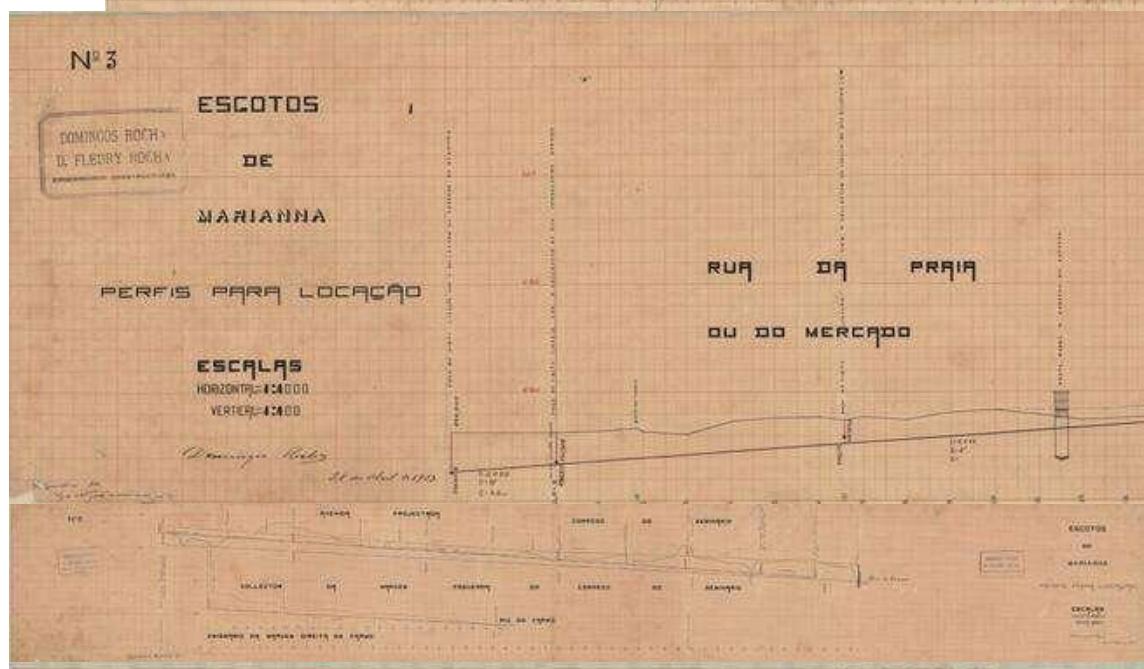
1 - Mapa da cidade de Mariana - s/d - Mapoteca do Itamarati



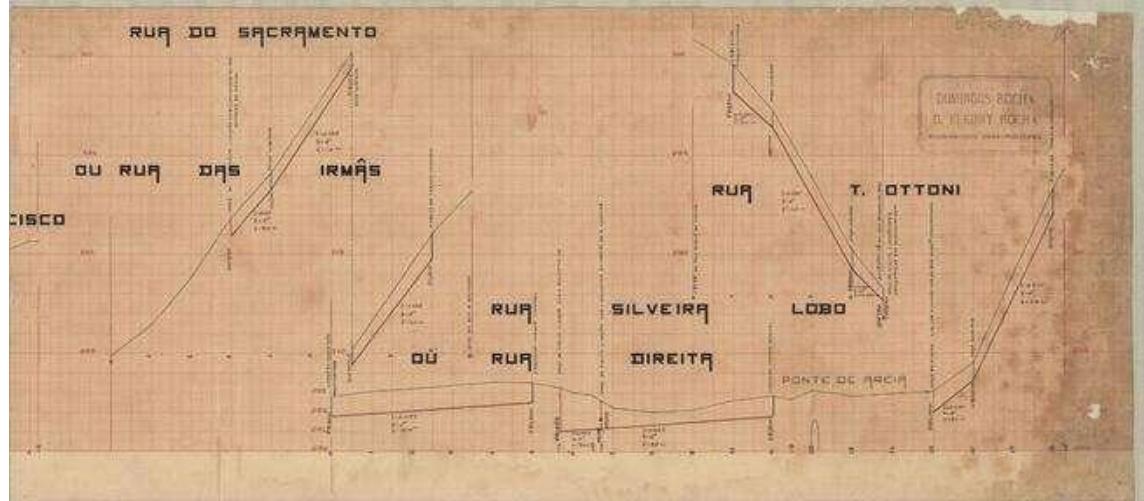
2 - Planta de esgoto de Mariana - APM



N° 3



RUA DO SACRAMENTO



Recebido em: 13/07/2025.

Aprovado para publicação em: 28/10/2025.